

# Fazendeiro reclama de perseguição de Ministério

## Wanderlino introduziu a cafeicultura no sul da Bahia e hoje queixa-se de perseguição

FOLHA DO CACAU

"Homem do Café" e 'agora' também do açaí, reclama de perseguição do Ministério do Trabalho, anuncia o corte de 450 mil pés de café e fala da Ceplac, UESC e das horas recebidas. "Esses cerca de 800 empregos desses trabalhadores que eu dispensei, o juiz do Ministério do Trabalho que arrume outro emprego para eles". Muito antes do açaí virar febre no mundo todo, um visionário resolveu introduzir a fruta numa região inimaginável para a maioria dos produtores. Ainda na década de 90, este mesmo homem já havia vislumbrado uma outra grande oportunidade: plantar café nas terras férteis e chuvosas do sul da Bahia. Ambas iniciativas deram certo, mas, neste exato momento, um desses ciclos 'morre', enquanto o outro ressurgiu.

Esse visionário, natural do Espírito Santo, ícone do café conilon capixabense e introdutor da cafeicultura na região 'cacaueira', está encerrando uma tradição mantida desde 1836, quando sua família de ascendência Portuguesa e Suíça, começou a cultivar café. "Fui incentivador do plantio do café no sul da Bahia. Estou interrompendo essa tradição familiar este ano, pois não posso mantê-la com prejuízo", conta aos 76 anos, o doutor Wanderlino Medeiros Bastos, Engenheiro Agrônomo formado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, famoso criador da muda clonal do café, ex-presidente da Coaabriel – a maior cooperativa de Café Conilon do Brasil, e que reside na região há 22 anos.

A 'derrubada' noticiada pelo produtor, mais que um prejuízo empresarial, é um dano socioeconômico incalculável para a economia regional. Em tempos de crise e de cla-

mor pelo desenvolvimento e geração de renda, o renomado produtor decidiu cortar os 450 mil pés de café que possui na sua propriedade, no KM 564 às margens da BR 101, no município de Arataca. Esse corte atinge também e com maior gravidade, centenas de empregos que eram gerados pela cafeicultura.

"Sempre cumpro com todas as leis trabalhistas. Recentemente paguei uma multa do Ministério do Trabalho de R\$ 650 mil. Eles chegaram aqui armados com a Polícia Federal. Meu filho foi recebê-los e cumprimentá-los. Eles colocaram as armas em cima dele. Intimam direito. Eles chegam ao ponto de inventar questionamentos na hora. Meu advogado chega lá e eles não sabem nem o que vão perguntar. Inventam questionamentos na hora, para pedir. A minha culpa é gerar emprego demais. Eles dizem: 'Ele tem muito trabalhador, não tem como não ter erro'. Mas, meu erro é ser correto e pagar tudo em dias. Eles vão aumentar a perseguição (depois dessa matéria), mas, mais do que perseguem, não é possível".



WANDERLINO Medeiros Bastos disse estar "interrompendo essa tradição familiar este ano, pois não posso mantê-la com prejuízo"

## Produtor queixa-se da petulância do órgão

O maior produtor de café da região queixa-se das ações e da 'petulância' do Ministério do Trabalho. "No nosso país, não existe segurança pública. Existe segurança dos poderes, sejam do Judiciário ou do executivo. Ficam com quatro ou cinco policiais armados e se acham os todo-poderosos. Dizem com todas as palavras que não atendem ao público. Juizes e promotores acham que são mais do que um agricultor!", desabafa Wanderlino, num claro tom de revolta. Dr. Wanderlino chegou a

manter, até pouco tempo, cerca de 800 trabalhadores em sua propriedade. A grande maioria, na colheita do café. "Nunca tive nenhum problema, sempre mantive tudo em dias, todos os direitos". Hoje o quadro de funcionários nas atuais atividades da fazenda, gira em torno de 50. "Estou derrubando todos os meus pés de café. Tem muitos pés de café com frutos, porque não deu tempo derrubar tudo, mas não vamos colher nenhum. Os empregos desses trabalhadores que eu dispensei, o

juiz do Ministério do Trabalho que arrume outro emprego para eles", diz. "Agora que criaram uma lei obrigando assinar carteira de empregada doméstica. Ela mesma (Wanderlino chama a empregada Jeane, que acompanha essa entrevista para confirmar), trabalha aqui há 5 anos e todos sempre tiveram a carteira assinada. Me sinto um injustiçado, só porque tenho muitos trabalhadores", analisa. "Aqui eu me sinto perseguido pelo Ministério do Trabalho", afirma.

## Salvador ocupa 3ª posição em ranking de emprego, diz IBGE

DA REDAÇÃO

O ano chega ao fim e fica cada vez mais claro que, gradualmente, a crise econômica responsável pela paralisação que acometeu o país perde força. O fato é que Salvador encerra o terceiro trimestre de 2017 com a terceira maior população com emprego garantido entre as capitais brasileiras, superada apenas por São Paulo e Rio de Janeiro. Por outro lado, essa também é a colocação da capital baiana referente à desocupação. As informações são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na última semana.

Com 1,4 milhão de pessoas exercendo algum tipo de trabalho, a capital baiana apresentou, no terceiro trimestre de 2017, queda de 2,6 pontos percentuais na taxa de ocupação - saindo de 17% para 14,4% - em relação ao terceiro trimestre de 2016, que ainda assim atinge 251 mil pessoas. Em relação à região Nordeste, Salvador possui a quarta maior taxa de desocupação, conforme números registrados pelo IBGE. Um exemplo das medidas

adotadas pela gestão municipal para assumir o protagonismo na geração de emprego e renda na capital baiana é o programa Salvador 360, gerido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur). Juntos, os sete eixos já lançados pela Prefeitura já responderam, este ano, pela injeção de R\$1.865 bilhão em investimentos privados na cidade, sendo que R\$ 375 milhões são oriundos do setor varejista, com a instalação de cinco empresas do ramo no segundo semestre de 2017.

Dois desses eixos - Simplifica e Negócios - atuam na desburocratização dos processos e na atração e implantação de novos empreendimentos para Salvador, respectivamente. O primeiro facilita a vida de quem pretende empreender, reduzindo a burocracia do processo de abertura de novas empresas. Já o Salvador Negócios consolida o desembarque destes empreendimentos na cidade. A instalação de empreendimentos já foi responsável pela geração de 14,5 mil ocupações formais, entre os meses de janeiro a novembro deste ano, a partir de incentivos fiscais. A ação concede ainda incentivos às áreas e construção civil, varejo, têxtil e turismo.



SALVADOR encerra o terceiro trimestre de 2017 com a terceira maior população com emprego garantido entre as capitais brasileiras

## Gestão auxilia na geração de emprego e renda

Dentre os propulsores da retomada dos números positivos em relação à geração de emprego e renda na capital baiana constam ações pontuais capitaneadas pela gestão municipal, como mais de 30 medidas de incentivo ao emprego; a criação de um pacote de incentivos fiscais; o lançamento de um pólo de capacitação para profissionais de teleatendimento e telecobrança; e ações promovendo a interação entre a Prefeitura e os empreendedores, visando a elaboração e

estruturação de novos projetos, etc. O empreendedor encontra facilidades referentes ao parcelamento do Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITIV), em até 24 prestações.

Esse pacote de incentivos corresponde a uma renúncia fiscal na faixa de R\$ 65 milhões. Ainda pensando em facilitar a vida do cidadão, a Prefeitura apresenta facilidades para quem está em débito com a Fazenda, a exemplo dos devedores do IPTU.

## PONTO DE VISTA

### Descascando o "abacaxi"

Importante revista brasileira publicou, recentemente, uma reportagem sobre o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, dizendo que o tribunal estava deixando para trás um "abacaxi" ao sair de férias coletivas de 45 dias. Também afirmou que o ministro era um magistrado de indisfarçáveis paixões tucanas e temeristas (partidário de Temer), além de ser detestado por 83% do povo brasileiro.

Alvo de inúmeros pedidos de impeachment, Mendes é um homem polêmico e de muitas facetas. Uma delas veio à tona com a reportagem de Leandro Fortes, em 2012, a respeito do Instituto Brasileiro de Direito Privado, IDP, época de propriedade do ministro e do ex-procurador geral da República, Inocêncio Mártires Coelho.

Fortes conseguiu junto à assessoria do IDP a informação de que o ministro teria feito um acordo de R\$ 8 milhões com o seu ex-sócio

para que este desistisse de um processo contra a sua pessoa.

O jornalista, na ocasião, chamou a atenção para o fato de que essa dinheirama fora obtida através de um empréstimo bancário, embora o instituto estivesse em fase pré-falimentar. Segundo a reportagem, a questão merecia ser investigada pelo Conselho Nacional de Justiça, especializado em apurar e punir condutas de juizes fora dos trâmites processuais em todas as instâncias.

Essa mesma notícia foi divulgada pelo jornalista Élio Gaspari, chamando o IDP de "um educandário comercial", e que Coelho resolvera processar seu sócio face o excesso de retiradas para cobrir festas e jantares. Mendes, na ocasião, teria afirmado que se considerava nesse direito por ser um "garoto propaganda" para os convênios na condição de ministro do STF.

Segundo Gaspari, logo após a abertura do processo, o ministro conseguiu

transformá-lo em segredo de justiça, temendo a revelação das acusações do ex-sócio e das transações envolvendo o empréstimo de R\$ 8 milhões.

As agruras de Mendes fazem parte de sua conturbada vida de empresário e de ministro. Agora mesmo a imprensa noticia a estranha estatização de sua faculdade, em 2013, na cidade de Diamantino (MT), sua cidade natal. Segundo descrito na reportagem "O juiz empresário", a escola de Mendes foi vendida para o Estado do Mato Grosso pelo preço de 7,7 milhões de reais. Em junho de 2017, a Agência Pública informou que a estatização da escola estava sendo investigada pelo promotor Daniel Balan Zappia.

O jurista Dalmo de Abreu Dallari, em 2002, contestando a indicação de Mendes para o STF, publicou um explosivo artigo no qual afirmava que se a indicação fosse aprovada pelo Senado, os direitos no Brasil, o com-

bate à corrupção e a própria normalidade constitucional estariam correndo sérios riscos.

Desafiando a Lei e o próprio Supremo, o ministro fechou o ano de 2017 proibindo a condução coercitiva, suspendendo o inquérito contra o governador do Paraná Beto Richa, a prisão domiciliar de Adriana Ancelmo, esposa do ex-governador Sérgio Cabral (condenado por corrupção) e determinando a soltura do ex-governador Garotinho, também acusado de envolvimento em negócios ilícitos.

Devido a essas proezas político-jurídicas, um documento hospedado no Change.Org, intitulado "Exigimos o impeachment de Gilmar Mendes", pede o afastamento de Mendes, porque ele "concede reiteradamente habeas corpus a poderosos, demonstrando julgar com parcialidade e a favor de interesses que nem sempre coincidem com o bem co-

mun". O organizador José Luiz Maffei afirma que o documento contém 1,7 milhões de assinaturas.

No texto do abaixo-assinado, ele argumenta que Mendes preside "um Tribunal Superior Eleitoral que envergonha o país validando uma chapa que abusou do poder econômico de forma incontestável".

Registre-se que o Brasil é o único país onde os pedidos de impeachment dos ministros de sua Suprema Corte se repetem. O próprio Gilmar já foi alvo de nove pedidos, sete deles entre 2016 e 2017. Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli e Luís Roberto Barroso registram quatro pedidos cada um. O midiático ministro Marco Aurélio Mello, primo de Collor, possui dois e os ministros Luiz Fux, Rosa Weber e Edson Fachin possuem um pedido cada um.

Um dos pedidos de impeachment de Mendes foi assinado por juristas de expressão, como Celso Antônio Bandeira de Mello, Fábio Konder Comparato, Sérgio Sêrvulo da Cunha e Álvaro Augusto Ribeiro da Cos-

ta, além do ativista de Direitos Humanos Eny Raimundo Moreira e o ex-deputado e ex-presidente do PSB, Roberto Amaral.

Ao criticar a indicação de Mendes para o STF, Dallari afirmou que "A comunidade jurídica sabe quem é o indicado e não pode assistir calada e submissa à consumação dessa escolha notoriamente inadequada, contribuindo, com sua omissão, para que a arguição pública do candidato pelo Senado, prevista no artigo 52 da Constituição, seja apenas uma simulação ou "ação entre amigos". É assim que se degradam as instituições e se corrompem os fundamentos da ordem constitucional democrática".

Mendes costuma processar quem o critica. Na última que tentou, a juíza Indiara Arruda de Almeida Serra, da Segunda Vara Cível de Brasília, o condenou, julgando a ação improcedente. Pelo visto, os juizes de primeira instância são os que irão descascar o abacaxi.

\*Luiz Holanda é advogado e professor universitário.